

## **O cotidiano em risco, os riscos do cotidiano: transformações territoriais e políticas de saúde na comunidade indígena tapuias tarairiús da lagoa de Tapará<sup>1</sup>**

Roberto Carlos Nunes Queiroz de Mendonça

(PPGAS/UFRN/Rio Grande do Norte)

### **Resumo:**

A comunidade indígena Tapuias Tarairiús da Lagoa de Tapará é uma comunidade do Rio Grande do Norte, localizada na zona rural, na fronteira entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba. Até 2022 as e os tapuias vêm enfrentando impactos socioambientais gerados por um canavial encrustado na comunidade, visto nos efeitos decorrentes da expansão do arrendamento de terras; da produção de uma paisagem de monocultura; no uso de agrotóxicos no solo; e da queima da cana-de-açúcar como método de extração. Em consequência dos efeitos do canavial, há uma nova relação das tapuias com a territorialidade de Tapará. A partir deste quadro, digo que esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 à 2021, por meio de atividades pontuais de pesquisa, sendo essas: oficinas, entrevistas e diário de campo. Compreendeu-se ao fim, que as transformações territoriais provocadas pelo canavial, tem construído formas específicas de percepção de risco à saúde pelas pessoas da comunidade, como também gerado uma reorganização das ações individuais e coletivas para atender a saúde (práticas de autoatenção) das e dos tapuias, a fim de atenuar ou resolver as situações danosas. Deste modo, ao subtender a relação direta do território com a saúde indígena, percebo que a insurgência de novos problemas de saúde vem definindo uma relação específica entre as condições sanitárias e ações políticas das pessoas da comunidade, que reflito como sendo parte do desenvolvimento de uma “política de saúde” em Tapará.

**Palavras-chaves:** territorialização; riscos; saúde indígena.

O povo Tapuias Tarairiús está localizado no estado do Rio Grande do Norte, e conta com as comunidades indígenas de Ladeira Grande, Lagoa do Mato e Tapará. Ao longo da minha trajetória de pesquisa (2017 à 2021), apenas me situei na comunidade de Tapará. A comunidade de Tapará está localizada na zona rural, na fronteira entre os municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante, contabilizando 499 pessoas<sup>2</sup> em 2018. Em sua grande maioria as pessoas tapuias exercem diversos trabalhos remunerados (faxineiras, professores, pedreiros, etc.), mantendo, as vezes, um deslocamento rotineiro para os centros urbanos dos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante ou

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

<sup>2</sup> Dados coletados por Rita Neves; José Glebson Vieira e Manuel Moura em pesquisa sobre educação indígena no estado do Rio Grande do Norte, para a construção de um curso de graduação intercultural indígena.

municípios circunvizinhos, além de grande parte das e dos tapuias exercerem o trabalho da agricultura como forma de subsistência. Em decorrência da proximidade de Taparará ao centro comercial de Macaíba, percebo que há um maior deslocamento para a sua zona urbano, especialmente para o uso dos serviços gerais do centro da cidade, como: a feira livre, supermercados, atendimento médico, compras de medicamentos, etc. Neste caso, eles e elas contam com carros fretados que fazem a rota “Taparará-centro de Macaíba” diariamente.

Em 2017 iniciei minha pesquisa em Taparará, mediado pela professora doutora Rita Neves, e associado ao projeto de iniciação a pesquisa denominado “Práticas de saúde e itinerários terapêuticos na comunidade indígena tapuias da lagoa de tapará”. Essa inserção inicial em campo como discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), determinou uma trajetória de pesquisa ao qual teve como acesso principal o Conselho Comunitário Indígena de Taparará (CONCINT). Dito isso, destaco que as minhas interlocutoras estavam diretamente associadas ao CONCINT e no engajamento de suas ações locais. O CONCINT é o centro de organização sociopolítico da comunidade. Como metodologias, utilizei de atividades pontuais de pesquisa entre os anos de 2017 à 2021, sendo essas: diário de campo; oficinas de saúde organizadas pelo projeto de iniciação a pesquisa que participei; e entrevistas que foram feitas presencialmente, como também pelo *WhatsApp*.

Quando iniciei minha pesquisa com as e os indígenas de Taparará me deparei com um extenso canalial que encontra-se incrustado dentro da comunidade. Durante os anos sua presença tem aumentado, visto que novas terras têm sido arrendadas para o plantio da cana-de-açúcar. Por causa disso, era recorrente as queixas dos meus interlocutores sobre a destruição das matas nativas; a contaminação da água do subsolo e dos veios d’água<sup>3</sup> pelo uso de agrotóxicos, visto que as águas subterrâneas são a principal forma de acesso e consumo de água nas residências; como também o uso da queima pelos funcionários da empresa estivas LTDA para a extração da cana-de-açúcar. Como resposta, as pessoas da comunidade vêm criando estratégias de mediatizar o caso; denunciar junto ao Ministério Público Federal (MPF); e buscar a demarcação territorial<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Na dissertação de Moura (2019), a autora traz imagens de resíduos de agrotóxicos atingindo um olho d’água em direção a lagoa de Taparará, que contaminou as plantações ao redor da lagoa.

<sup>4</sup> Taparará não tem o território demarcado. No entanto, já foi solicitado junto à Funai a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para a delimitação e demarcação do território. Processo esse que está parado

O uso da queima como técnica de extração das canas-de-açúcar vem gerando anseios aos meus interlocutores pelos seus efeitos considerados críticos e destrutivos. Falo com isso, especialmente, mas não unicamente, de como o momento da colheita impacta na vida dos tapuias, ao causarem mal-estar e adoecimentos pelas fumaças e fuligens que alastram-se pela comunidade e que deixam marcas em suas residências. Muito embora trarei encontros que contem sobre a queima, penso que de modo geral, a construção narrativa dos tapuias sobre o canavial é enredado por imagens de destruição que vão além desses momentos considerados mais críticos. Aparecem ao mencionarem o impacto do canavial as águas subterrâneas, agora entendidas como contaminadas; nos relatos sobre a minoração das terras para o plantio; como também na devastação da flora e da fauna local. Percebo a luz de Revet (2018), como os modos de contar um desastre requer uma intenção na construção narrativa, que será geradora de efeitos na compreensão e ação para com o acontecimento. De acordo com a autora, a fundamentação do “desastre” requer uma estratégia retórica que dramatize os eventos, e assim o sustente enquanto “um mundo social afetado”. Diferente do objetivo de Revet (2018) em analisar a construção das narrativas de desastre por meio das bases de dados internacionais, me dedico a refletir como as pessoas tapuias contam sobre as queimas e fazem delas eventos desastrosos que necessitam de intervenção.

Com base nisso, neste artigo, gostaria de trazer como reflexão alguns encontros com as e os tapuias em que predominou a produção situacional de narrativas sobre as queimadas. Interessa-me perceber como seus modos de contar não somente descrevem a relação deles com a situação territorial, mas também fazem da linguagem parte da resistência. Com isso, parto do potencial da língua em comunicar, como também da linguagem em produzir verdades, desafiar, (des)autorizar, afetar a realidade social (BOURDIEU, 1998). Enredado a isso, observo que as atitudes tomadas pelos tapuias para minimizar os impactos à saúde devido a queima são formas de pensar autoatenção e autocuidado num contexto de conflito socioambiental.

### **A territorialidade tapuia**

Em 15 de fevereiro de 2020 encontrei dona Marluce no ponto de táxi do centro de Macaíba esperando um transporte para retornar à Tapará. Marluce é uma mulher tapuia

---

desde 2017, quando foi realizado o relatório de qualificação da solicitação para demarcação do território indígena Tapuias Tarairiús de Tapará.

de 56 anos que naquele dia estava vindo das compras na feira livre do município de Macaíba. Aproveitei aquele nosso encontro para visitar a casa dela, a qual chegou a ser um dos últimos contatos presenciais que tive antes do distanciamento social decorrente da pandemia de covid-19. No dia em questão, nossas conversas em sua residência foram, em maior parte do tempo, na lavanderia, ao fundo da sua casa. Do lugar que eu estava, observava o seu quintal. Esse se estendia pelo entorno da casa e o fundo dela, cujo terreno era arrodado por um muro e fios de arame. Quando Marluce me mostrou suas plantações, chegou num dado momento a atravessar os fios de arame para me apresentar seus roçados de feijão e de macaxeira. Segundo Marluce, as terras ao lado da sua casa foram cedidas para o seu plantio.

Após meu encontro com Marluce, no ano de 2021, me preocupei em perguntar via *WhatsApp* para algumas mulheres tapuias sobre seus quintais produtivos. As formas que minhas interlocutoras descreveram sobre as terras utilizadas por elas para o cultivo de plantas, estava tanto associadas às relações de propriedade que elas tinham com as terras, como também era destacado por elas as possibilidades de plantar dependendo do tamanho de seus terrenos<sup>5</sup>. Como me relatou Maria Unge, as e os tapuias possuem terras com tamanhos muito variados para o plantio. Algumas interlocutoras me disseram manter uma divisão do quintal de sua casa entre o cultivo variado de plantas e o seu roçado, sendo ambos os espaços de propriedade exclusiva de sua família primária; outras relatavam suas terras encostadas com as de seus parentes, compartilhando com a família extensa somente o roçado; outras, traziam o roçado como uma extensão de terra dos seus quintais, não necessariamente aproximada da casa, e podendo ser partilhada com a família - às vezes consideradas terras cedidas, ou seja, que não fazem parte da propriedade de nenhum dos familiares.

O contexto a qual minhas interlocutoras narram, procede da própria formação de Tapará, essa que deveu-se, segundo as e os tapuias, por uma circulação de pessoas das comunidades circunvizinhas. Em suas narrativas familiares o território emergia como uma área geográfica “vazia”, uma “terra promissora”, pois era nessa época coberta de matas nativas e livre de cercados. Essa característica reforçava a possibilidade de trabalharem no roçado e na queima de lenha para a venda na cidade em forma de carvão

---

<sup>5</sup> Aqui me refiro não apenas aos modos de narrar que sinalizam sobre o tamanho dos seus quintais e a possibilidade que ofereciam para o plantio e/ou a criação de animais; mas também me refiro as classificações dos terrenos de grandes latifundiários da região, como as fazendas e do uso familiar pela comunidade como quintais, sítios e granjas.

– tendo em vista que tapará é aproximada da zona urbana de Macaíba. Além disso, na mesma região, há a lagoa de tapará, que na época possibilitava a retirada de barro para a fabricação de potes, vasilhame e posteriormente na venda para fábricas de cerâmica. Em seus relatos, muitas vezes o deslocamento era precedido pelos esbulhos de terras, ou seja, por fazendeiros que afirmavam ter documentos de posse da região. Além de quê, a conformação territorial em Tapará, deveu-se pela copresença de grandes latifundiários, muitos destes que as pessoas da comunidade dizem ter comprado terras mas não receberam documento de compra e venda, o que se tornou um problema quando esses fazendeiros morreram e deixaram herdeiros ou mesmo venderam ou arrendaram as terras.

Com a devida conformação histórica do território, as terras para plantio são reduzidas a quintais de tamanhos variados, transmitidos para familiares por convenção. Além disso, os arrendamentos de terras dos grandes latifundiários, que antes eram arrendadas a regime de meia ou regime de terça para as pessoas da comunidade, vem sendo arrendada para a empresa Estivas LTDA para a plantação de cana-de-açúcar. O que como noto da descrição acima, vem gerando uma maior dependência das pessoas tapuias com as feiras livres e supermercados para a subsistência das famílias; novos modelos de concessão de terra; e as vezes falta de terra para a agricultura. Além disso, aponto para a presença de empreendimentos, como o canavial que está incrustado na comunidade; ou mesmo a presença de condomínios ao entorno da comunidade. O caso de Tapará me faz lembrar da pesquisa de Heredia (1979). A autora ao analisar a organização das unidades de produção camponesa da região de Boa Vista, percebe que a comunidade vinha sofrendo transformações econômicas e políticas devido ao plantio de cana-de-açúcar. Dentre os efeitos estaria a minoração de terras e a necessidade de articular o roçado as feiras livres para a subsistência das famílias.

Em meio a esse contexto de Tapará, destaco que os embates enfrentados pelos indígenas para o pleno acesso ao território, vem contribuindo para questionar as relações de propriedade dos latifundiários, bem como reafirmar o modo local de uso compartilhado do território, motivo da demanda por demarcação. Essa compreensão é articulada pelos tapuias, especialmente pelo acionamento de memórias, pela organização local enquanto indígenas e por uma reafirmação de sentidos e usos coletivos das terras e seus recursos naturais. Neste aspecto, falo das construções de territorialidade (ALMEIDA, 2012); ou seja, como entre relações políticas e de poder, as autodefinições e mobilizações dos

tapuias vão buscando reconstruir as formas de uso dos recursos naturais e deste modo, efetivamente ocupar e controlar coletivamente as terras.

### **O canavial e a linguagem de sofrimento**

Olha aqui minha gente, estão vendo? estar com 15 minutos que começaram a queimar as canas. O fogo baixou, mas subiu de novo agora. Eu estou aqui no terreiro, só eu e deus. Estou gravando esse vídeo para mostrar para vocês. E a fumaça, o fumasse, está aqui. Eu tive que acordar meu irmão, que como ele é especial, não pode engolir essa fumaça. Só Jesus! Mas um dia eles param. Só Jesus mesmo para ter misericórdia da nossa aldeia, do nosso lugar, que estar passando por essa situação. (Áudio de um vídeo feito por Maria Gonçalo durante as queimadas em Tapará).

No dia 15 de abril de 2021, Maria Gonçalo<sup>6</sup> me enviou pelo *WhatsApp* alguns vídeos gravados por ela durante o momento da queima do canavial. As cenas mostradas ao longo da gravação dos vídeos eram acompanhadas ao fundo pela descrição do evento e sua indignação sobre aquela situação vivenciada. Ela também me enviou imagens que mostravam a proximidade das canas-de-açúcar de sua residência, pois já estavam encostadas as cercas de arame que arroteiam sua casa. De acordo com Maria Gonçalo, todos os registros feitos por ela fizeram parte dos documentos que foram enviados ao CONCINT, para serem encaminhados como parte da denúncia feita pela comunidade junto ao Ministério Público Federal (MPF). As “provas” sobre a destruição e violação gerados pelas queimadas, foram na nossa conversa, complementadas pelo relato de Maria Gonçalo sobre o sofrimento dela e de sua família devido as queimas.

Maria Gonçalo prosseguiu me relatando seus anseios. Mencionou que frente a ocorrência cíclica e dos horários irregulares da queima, a maior preocupação dela é quando as queimadas ocorrem durante à noite. A circulação de fumaças e fuligens que decorrem das queimas, ameniza-se, ou melhor, “não ofendem muito”, quando comparado ao estado da casa no horário noturno, com seus espaços fechados e abafados: quando suas portas e janelas são trancadas e todos estão dormindo. “Acordávamos só com o cheiro forte. A gente tinha que se levantar para ir aos terreiros para tomar fôlego”, disse Maria Gonçalo. Além de quê, descrevia a situação e as sensações ao me dizer: “Com aquele cheiro e aquelas cinzas caindo dentro de casa, sujando tudo. (...) A gente ficava sentindo o cheiro, tanto que cheirava pelo nariz como comia pela boca a fumaça. E assim, ia passando o tempo”. Exemplar ao impacto da queima, foi a sua preocupação em contar o estado de seu irmão, que em relação ao seu núcleo familiar era mais preocupante para ela,

---

<sup>6</sup> Maria Gonçalo tem 51 anos, é aposentada e agricultora.

tendo em vista a condição médica dele: uma pessoa com 49 anos, com síndrome de down, problemas cardíacos e que usa seis medicações. No entanto, como ela me disse: mesmo seu irmão tendo ficado com “falta de ar”, “teve gente por aqui que até para UPA<sup>7</sup> foi”. Cabe dizer que Maria Gonçalo, dentre minhas interlocutoras, era uma das tapuias que tem sua casa mais aproximada geograficamente do canavial.

A minha conversa com Maria Gonçalo foi um dos relatos que ouvi sobre as queimadas ocorridas no canavial. Penso como em nossa conversa há aspectos narrativos que a interlocutora aciona na entrevista para contar as situações de queima enquanto um momento crítico que lhe gera sofrimento. O compartilhamento de “provas”, as sensações vivenciadas, e as marcações sociais que utiliza para indicar maior gravidade, justificam frente ao outro uma situação de violação a vida.

No dia 12 de fevereiro de 2020 foi divulgado pelos tapuias nas redes sociais vídeos sobre as queimadas em Taparará que teriam ocorrido na noite de sua exposição. O tom da publicação era de denúncia e protesto para com aquele acontecimento. Aqueles esforços de midiaticizar o caso me fez ir a tapará entre os dias subsequentes. No dia 15 de fevereiro de 2020, na manhã de sábado, encontrava-me na casa de dona Marluce. Interessado em saber mais sobre as queimadas, perguntei a ela como se sentia afetada pelo canavial. Marluce então mencionou:

Aquelas fuligens das canas-de-açúcar que soltam das queimas, vêm tudinho pra dentro das casas da gente. Eu não me sinto [doente]. Agora as pessoas que são alérgicas se sentem doentes. E outras pessoas [mais próximas do incêndio] também. Aqui, [mais distante], não tivemos nenhum problema. Fica só essas fuligens dentro de casa. (Marluce Oliveira, entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2020)

Ao término daquela nossa conversa, Marluce resolveu pontuar sobre as incertezas e irregularidades dos momentos da queima, ao dizer que durante a colheita as queimadas ocorriam durante alguns dias, não havendo horários exatos. É tanto, que no dia anterior, quando retornava a comunidade por volta do meio dia, surpreendeu-se com uma extensa fumaça por toda a comunidade, como assim me exemplificou em contraposição a percepção que eu tinha da queima ocorrer somente a noite. Dito isso, mesmo não se sentindo “adoecida”, Marluce mencionou que estava preocupada com as incertezas da

---

<sup>7</sup> A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) está localizada em Macaíba. Não há UPA em São Gonçalo do Amarante.

próxima colheita, visto que a frente de sua casa já se via as plantações de cana-de-açúcar, a qual antes não se tinha.

Em abril de 2021, tive essa mesma conversa com Luziane pelo *WhatsApp*. Ela é uma mulher indígena de 46 anos que no ano da pesquisa trabalhava como Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) na faculdade agrícola de Jundiá. Quando lhe perguntei sobre os efeitos da queimada na sua vida, a interlocutora se pôs inicialmente a dá centralidade aos danos ocasionados a comunidade, relatando como algumas pessoas de Tapará eram afetadas pela queima, no entanto, no caso dela, não sentia esses mesmos impactos. Falou que isso advinha: (1) da sua rotina, em grande medida fora da comunidade; (2) da distância considerável de sua casa do epicentro da queima; (3) como também da sua casa ser forrada, o que impedia a entrada de fuligens e fumaças quando a casa estava trancada.

Nas diferentes situações em que entrevistei as e os tapuias, percebi que essa mesma forma de contar sobre a recorrência cíclica da queima do canavial era similar entre os interlocutores, e comumente elas e eles nivelavam o lugar de gravidade diante de marcadores específicos, sendo esses: (1) A casa ser ou não forrada; (2) A distância geográfica do epicentro da queima; (3) A susceptibilidade de adoecimento; (4) E os casos que exigem ou não um atendimento emergencial, ou seja, necessita ir a Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Nenhum dos meus interlocutores de maior proximidade na pesquisa relatou necessitar ir à UPA em decorrência da queima, mesmo assim isso não deixou de ser um símbolo de maior gravidade nas narrativas deles e delas. Isso porque se por um lado ir a UPA tinha um valor de assistência emergencial, por não conseguir ser resolvido na comunidade por meio do trancamento de portas e janelas, na restrição de circulação pela comunidade ou mesmo sair para “pegar fôlego”; por outro lado, era dispendioso e as vezes mal sucedido a busca por assistência à saúde.

Nas entrevistas, os meus interlocutores produziam narrativas que expressavam a heterogeneidade das experiências deles e delas com relação ao evento da queima. A princípio pareciam focar na ausência de um sofrimento pessoal, em relação a uma narrativa coletiva de sofrimento e destruição. Entretanto, eles simultaneamente indicavam a presença de fuligens na casa, seja na parte interna ou externa; o trancamento das portas e janelas; ou nas restrições de circulação que a queima gerava (mesmo sendo ela, como me disseram, “rápida” e devastadora). Acaso não se tratava de “ausências”, mas de nivelar riscos frente a uma situação de danos. Não estar adoecida, como descreve Marluce; ou

não ser afetada, como descreve Luziane; é um esforço narrativo que implica menos não ser impactado, e mais sobre diversificar as situações em contexto de queima, em relação a outrem. Fico inclusive me questionando, como há nas entrevistas uma tensão constante entre relatar a diversidade dos casos, em simultâneo que se tem como central os casos críticos como exemplares do que se compreende como desastroso, e portanto, por excelência, uma retórica que possibilite justificar ao outro a necessidade de intervenção. Desta forma, entendo que a própria retórica de personificar a comunidade ou pessoalizar os sujeitos acometido pelas queimadas, são formas de fundamentar a gravidade dos riscos.

Lembro-me que em alguns contatos que fiz ao longo da pesquisa, havia nas queixas uma necessidade de centralizar as formas de atenção que minimizassem os sofrimentos gerados na queima na própria comunidade. Mais especificamente relatava-se como os postos de saúde<sup>8</sup> não ofereciam soluções emergenciais, como por exemplo, no uso de nebulizadores. Algo que somava-se ao desconforto das pessoas da comunidade sobre a organização excessivamente burocrática da Unidade Básica de Saúde (UBS) de Macaíba, a qual justifica a falta de atendimento à saúde nestes casos, pela forma organizacional do SUS, digo assim: “casos de emergência é tarefa da UPA” – como me foi relatado pela Enfermeira do posto de saúde de Macaíba. Outros casos se relacionavam a esse entendimento. Entre ele menciono, um rapaz que queixou-se sobre a falta de atendimento ao sofrer um corte, na retirada da cana-de-açúcar; ou mesmo de uma senhora que estava com dor de dente e não pode ser atendida emergencialmente. Neste aspecto, a percepção sobre desassistência vinha em parte da própria compreensão das e dos tapuias sobre níveis de gravidade – entendiam ser resolúvel na própria UBS–, ao invés da ordem organizativa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em Taparará, não há transporte público, o que faz com que as únicas formas de mobilidade para a zona urbana sejam através do uso de transportes privados ou por meio de carros fretados. Neste último caso, as rotas são feitas do começo da manhã até o final da tarde, por meio de lotação, pois evita-se uma rota noturna, especialmente por não ter muito deslocamento (as lojas de serviços gerais estarem fechados) e as vias serem consideradas perigosas, em decorrência do aumento de assaltos na via da rua José Coelho. Neste aspecto, a busca por assistência à saúde na parte da noite, é voltado para o frete

---

<sup>8</sup> Como Taparará está em fronteira municipal, parte das pessoas são atendidas pelo posto de saúde de Macaíba – localizado dentro de Taparará – e outra parte dos moradores são atendidos pelo posto de saúde de São Gonçalo do Amarante – situado em barro duro, comunidade circunvizinha a Taparará.

individual de carros privados, que aumentam o preço de cinco reais a faixa de trinta a sessenta reais. Além disso, parte dos meus interlocutores relatam que no atendimento na UPA, seus amigos e familiares que buscaram a assistência, dizem que os problemas deles eram considerados brandos, dificultando o atendimento. O que em todo esse caso era tomado como crítica pelas pessoas da comunidade é a rede de saúde municipal não abranger Tapará no atendimento de ambulâncias.

### **Estratégias de visibilidade e produção de documentos**

Era por volta das duas horas da tarde do dia 15 de fevereiro de 2020. Eu estava sentado à frente do CONCINT e sob a oca da comunidade. Esperava junto com alguns e algumas tapuias o início da reunião organizada pelo CONCINT para falar sobre os encaminhamentos que seriam dados a respeito da queimas do canavial incrustado na comunidade, as quais continuavam ocorrendo anualmente. Essa reunião estava sendo realizado durante o período de extração da cana-de-açúcar, o que especialmente marcava minha ida a ela. Logo em seu começo, a liderança Zuleide<sup>9</sup> iniciou o debate repassando as informações sobre o Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), que seria realizado junto a FUNAI com o fim de discutir sobre saúde, terra e meio ambiente. Muito embora não tardou a ser interrompido, a fim de atender Jussara Guerra e Rogério Marques, que eram repórteres do Coletivo Foque. Um jornal alternativo que estava naquele dia comprometido em coletar imagens e informações a serem transformadas numa reportagem e num minidocumentário<sup>10</sup> sobre as condições de Tapará, respectivamente sobre as queimas. Jussara tomava a fala e orientava as tapuias a falarem sobre os danos e riscos que vinham sendo gerados pelas queimadas. As pessoas passam então a apontar sobre os sintomas de mal-estar e adoecimentos, tanto quanto os impactos na sua vida cotidiana. Marcavam-se sensações, danos e situações críticas, que vinham a configurar coletivamente uma imagem de destruição.

As indígenas relatavam que as queimadas lhes causavam “falta de fôlego”, “cansaço” e “problemas respiratórios”. Em suas descrições, muitas diziam que se via um “fumaceiro”, um “redemoinho de fumaça” ou que “tudo ficava preto”, percepções acompanhadas de sensações de “quentura”, “cheiro ruim” e barulhos identificados como de tratores, além de verem fuligens que se soltavam e invadiam as casas. Segundo algumas pessoas, as fuligens sujavam as casas tanto na parte interna quanto na externa; em alguns casos, as roupas estendidas no varal

---

<sup>9</sup> Zuleide tem 47 anos, é liderança indígena, agricultora e educadora popular.

<sup>10</sup> Documentário “aldeia em chamas” disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YB-VQHuDqI&t=405s>. Último acesso no dia 22 de agosto de 2022.

ficavam sujas e num estado de difícil lavagem. Outras colocavam que as fuligens, além de gerar sujeiras, causavam sensações como “coceira”, “dor no nariz” e “pele pipocando”. (...) Arlinda, por exemplo, nos contou que ela mora mais próxima ao local das queimadas e que, em decorrência disso, o seu bebê de 3 meses ficou doente da garganta. Já Madalena disse que o seu filho tinha problemas alérgicos e por isso teria ficado todo inflamado devido às fuligens e fumaças (MENDONÇA, 2022, p. 48-49).

A posteriori, as mulheres daquele encontro foram em direção ao canavial. Elas escolheram gravar para o minidocumentário em frente a área que ocorreu a queima, na qual durante a gravação estaria sendo coletado as canas-de-açúcar. As mulheres tapuias foram à frente da câmera, acionando uma linguagem de sofrimento, de forma que sua gramática linguística e corporal visavam a comoção: “Isso é o nosso tormento do dia a dia”; “eu venho fazer um apelo ao governo estadual e municipal”; “Hoje a mãe terra chora e clama por justiça. Ela chora e os animais choram”; “eu peço socorro a vocês”; “Tenham piedade da população indígena ou pelo menos respeito”. Ao fim, como ato de protesto, todas elas seguraram em mãos a terra, e ao jogarem para o ar, disseram: “demarcação já”.

A cena que era construída a frente da câmera, buscava enunciar um sofrimento que era simultaneamente pessoal, como parte de uma causa coletiva. O momento que presenciei, me recorda as reflexões de Vianna e Farias (2011), que ao analisar as formas de “luta por justiça” de mães que buscam fazer crer a ilegalidade na morte de seus filhos para o Estado, as autoras discorrem sobre o repertório linguístico e performático que essas mulheres utilizam em distintos espaços físicos e políticos. “Entrar em cena”, e neste caso, a frente da câmera, é também construir estratégias que as façam serem ouvidas, e que gerem reconhecimento do valor de sua dor. É clamar soluções, encenar sofrimento, narrar situações críticas, falar dos impactos a um povo indígena, é gritar “demarcação já!”.

Para além da câmera, me atenta as estratégias de visibilidade que minhas interlocutoras estão assumindo para trazer o caso a público. Assemelho essa característica ao trabalho de Farias (2020), ao notar a articulação do cálculo e do emocional para a divulgação do que suas interlocutoras estão percebendo como atos de ilegalidade. Discernir sobre os aspectos narrativos e performáticos que devem ser colocados em situações coletivas e públicas, produzir e mediatizar documentos nas redes sociais, escolher parcerias, ou mesmo localizar onde será a produção do minidocumentário, caracterizam-se como estratégias de visibilidade.

Após o dia 15 de fevereiro de 2020, Francisca<sup>11</sup> me pediu o envio das entrevistas que realizei na minha ida à Tapará, pois o CONCINT indexaria como mais um documento utilizado para denunciar as queimadas junto ao MPF. Muito embora eu não tivesse tido contato com os caminhos e relações travadas para a denúncia da queima, a produção de documentos, ou melhor, provas, eram formas de negociar com as instituições a veracidade da queima, e a intervenção institucional. Como me disse Zuleide :

A queima da cana-de-açúcar a gente está tentando acabar, porque sempre acontece queimada. Como a gente mora mais distante, a gente não vê, quando a gente vê já está só o fumassê, mas quem está lá bem mais próximo é quem sabe. Ficou de vir um dia aqui os vizinhos lá mais próximos [da queima]. Francisca ligou para a gente ir para tirar fotos, fazer uma filmagem. Porque a gente faz a denúncia, mas eles querem provas, só foto não adianta. Tem que ter vídeo, tem que ter uma coisa mais precisa e a gente fica lutando contra a maré. (Zuleide Bezerra, entrevista realizada em 14 de abril de 2018).

A menção de Zuleide, me faz pensar em Oliveira (2011), quando ele aponta para os registros numéricos (documentos) como um ato de contar, indissociável do seu poder de produção social: “sobretudo quando o ato de contar é realizado por um sujeito que pode vir a deter algum tipo de poder ou autoridade sobre os atores e processos observados; nesses termos, medir é uma forma de arbitrar sobre direitos” (p. 654). Contar – seja ele medido e quantificado, ou descritivo - é mais do que um ato objetivo, são produções contextuais dotados de intencionalidade, e como tal, impactam na crença, e em seu propósito de construir realidade, e para as instituições públicas fundamenta a forma de gestão de territórios e populações. O risco, a qual minhas interlocutoras tratam, como categoria social, só se faz legítimo socialmente quando disposto não somente de materialidade, mas também capaz de retoricamente se tornar real, danoso e importante para intervenção. Fala-se portanto de fundamenta-lo narrativamente como verídico (BECK, 2010). É tendo isso em vista, que percebo que em todos os encontros, a linguagem não era somente uma forma de comunicar as condições de Tapará, mas uma ferramenta essencial na agência dessas pessoas para a produção da ilegalidade da queima, e portanto, da necessidade de intervenção para a transformação territorial.

Até o ano de 2021, não houve o fim das queimas.

## **O Estado “ausente” e “disfuncional”**

---

<sup>11</sup> Francisca tem 50 anos, é liderança indígena, cacica, agricultora, professora e gestora de um colégio de Macaíba.

Em meio aos processos de territorialização, as minhas interlocutoras apontavam em suas narrativas sobre episódios recorrentes de irregularidades, gerados por exemplo, pelos efeitos destrutivos do canavial e de sua queima. Quando me volto a suas narrativas, em grande maioria das vezes, percebia que eles discorriam sobre um Estado retratado como “disfuncional” e/ou “ausência”, referente às suas necessidades de saúde, como também da comunidade .

Penso como Margarita Serge (2011) aponta que a relação centro-periferia é inscrita aos corpos e territórios que formam sua geografia. Dito de outro modo, refiro-me como o projeto modernizador, de progresso e desenvolvimento, está diretamente relacionado com a constante produção de espaços que representam seu inverso. Muito similar é o uso de geometria do poder de Doris Massey (2004), por Ochy Pichardo (2021). Para as autoras, o território é um produto social que está entrelaçado e reflete as relações de poder, e que assim também podemos notar como estarão inscrito em seu espaço as próprias dinâmicas do capital, ou seja, dos investimentos econômicos. Conforme isso, penso sobre as queixas e ações das tapuias para com um Estado imaginado como “disfuncional” e/ou “ausente”. Como se refere Ferguson e Gupta (2002), os Estados são interpretados de maneira particular e representados culturalmente. E na forma como o Estado é trazido pelas e pelos tapuias, significa, ao meu ver, sua negativa na própria construção imaginativa do Estado enquanto um agente concreto, racional, coerente e funcional. Neste aspecto, chamei atenção as experiência das e dos tapuias com o território, especialmente dos impactos do canavial incrustado na comunidade, e assim, como a aparição do Estado “ausente” e/ou “disfuncional” insurge pela rotinização de episódios de sofrimento. É por assim dizer, que ao mesmo tempo, a permissividade aos empreendimentos comerciais locais, negociações institucionais com essas empresas, falta de investimento da rede de saúde, etc. que o Estado inscreve as geografias de poder desiguais.

Quando atravesso a discussão sobre os processos de territorialização de Tapará, e a produção de um contexto na qual as irregularidade da queima do canavial se tornam episódios cíclicos; estou me atentando como a experiência das minhas interlocutoras vão construindo um Estado ausente, parcial ou mesmo disfuncional. Elas estão apontando para um território que conforma-se pela diminuição de terras; a falta de ambulâncias; um posto de saúde que não atende as emergências; a dificuldade de acesso a zona urbana em certas circunstâncias; a insegurança; como também a uma burocracia que acaba tornando

permissível as irregularidades da queima. Em resposta, criar estratégias de visibilidade, denunciar junto ao MPF, e cobrar que as instituições públicas reconheçam plenamente a comunidade enquanto indígena, é um caminho para o atendimento diferenciado pelo SUS, a demarcação territorial e a retirada dos empreendimentos comerciais incrustados e ao entorno da comunidade. Além disso, trancar a porta; sair para pegar ar; fretar um carro para ir a UPA, etc. são meios de manter a vida indígena.

Segundo Trouillot (2011), o Estado é uma reconstrução permanente de processos e relações de poder, essas que ritualizam-se em práticas, e que vejo em Tapará sendo (re)atualizado na manutenção de um território que carece de políticas públicas, ou melhor, que é produzido como margem das regularidades de um Estado funcional, progressista, ideal. Como diz Das e Poole (2008, p. 4), “los márgenes son implicaciones necesarias del estado, de la misma forma que la excepción es un componente de la regla”.

### **Considerações finais**

Ao longo deste artigo, trouxe alguns encontros e trajetos que tive com algumas pessoas da comunidade de Tapará. A partir desses momentos da pesquisa aponto como o território passa a ser disputado por ser preponderante na manutenção e promoção da vida das minhas interlocutoras. Algo que percebo se relacionar ao modo de fazer política, de construir projetos, de se reorganizar. É pensar desde o CONCINT como gestor de ações e produtor de significados do território, das práticas e do modo de se fazer tapuia; como também na própria ação diária das minhas interlocutoras na lida com os problemas de saúde. Falo assim de uma “política tapuia” que está em andamento, e que complexifico em minha dissertação (MENDONÇA, 2022). Cabe aqui notar, como essas ações das tapuias estão diretamente associadas ao que Oliveira (2016) vai definir como territorialização. Ou seja,

um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 2016, p. 203).

A comunidade de Tapará, ao longo da pesquisa, continuava buscando a intervenção das instituições públicas, correspondente principalmente às pautas políticas sobre educação indígena, saúde diferenciada e demarcação do território. Durante esse processo,

apresento formas de resistência: como se pensa e age frente a um projeto de futuro da comunidade indígena, ao mesmo tempo que se lida com os seus desafios presentes.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução: Sebastião Nascimento. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Economia das Trocas Linguísticas. São Paulo: Edusp, 1998.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, v. 8, p. 1-39. 2008.

FARIAS, Juliana. Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2020.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981-1002. 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MASSEY, Dorren. Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad en un mundo en proceso de globalización. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, v. 57, p. 77-84. 2004.

MENDONÇA, Roberto Carlos Nunes Queiroz de. Políticas de resistência e de saúde: um estudo sobre problemas de saúde e práticas de autoatenção na comunidade indígena Tapuias Tarairiús da Lagoa de Tapará - Macaíba/RN. 2021. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

MOURA, Allyne Dayse Macedo de. “*Aqui tem sangue e suor de índio*”: resistência, etnicidade e luta política dos Tapuias da Lagoa do Tapará - RN. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de PósGraduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Trama histórica e mobilização indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste*: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 653-687.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2016a. p. 193-228.

PICHARDO, Ochy Curiel. *Un Golpe de Estado*: La Sentencia 168-13, Continuidades y Discontinuidades del Racismo en la República Dominicana. Bogotá: en la frontera. 2021.

REJET, Sandrine. Contar e narrar os desastres. *Lumina*, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 5-18. 2018

SERJE, Margarita. El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2011.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Antropología del Estado en la época de la globalización: encuentros cercanos del tipo engañoso”. In: *Transformaciones globales: la antropología y el mundo moderno*. Universidad del Cauca: Popayán, 2011. p. 149-174.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *cadernos pagu*, v. 37, p. 79-116. julho-dezembro. 2011.